

28.janeiro.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Diretor de Serviços da Segurança Escolar da DGEstE
Dr. José Joaquim Fernandes

Recebido por: Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar: Deputados Rui Pedro Duarte (Coordenador), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Indisciplina em meio escolar

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, apresentou as boas-vindas ao Sr. Dr. José Joaquim Fernandes, a quem explicitou o enquadramento em que a mesma foi agendada e a quem deu, de imediato, a palavra.

O Sr. Dr. José Fernandes agradeceu o convite e começou a sua intervenção, sublinhando a necessidade de se definirem os conceitos de indisciplina/violência, como pré-condição para se discutirem as causas e as suas implicações para a prevenção e intervenção. Segundo referiu, a indisciplina pode implicar violência, mas não é necessário que esta ocorra, e é neste sentido que alguns autores distinguem vários níveis de indisciplina e, nos casos mais graves, referem-se a violência.

Referindo que existem poucos casos de violência escolar e muitos episódios de indisciplina, considerou que o desenvolvimento de comportamento violento é um fenómeno multidimensional, que envolve um conjunto de fatores, de uma forma muito complexa, de entre os quais se destacam: violência parental, crescimento e diversificação das minorias étnicas e culturais, alteração na estrutura e na organização das famílias, modelo de educação familiar inconsistente, baixo nível de instrução, baixo nível de autocontrolo, inserção em grupos de pares indisciplinados e violentos, exclusão social, influência dos *media*, entre outros.

Chamou ainda a atenção para o facto de a indisciplina na escola poder, no entanto, ter também por base a própria atitude do pessoal docente e não docente e a forma como estes se relacionam com os alunos, sendo que a heterogeneidade e os diferentes modelos de intervenção adotados oscilam entre o padrão autoritário e o padrão permissivo.

Apontou, de seguida, as seguintes estratégia para combater a indisciplina e a violência escolar, assente em seis eixos fundamentais:

1. Escola:

- Boa gestão e bom relacionamento de toda a comunidade escolar;
- Conhecer as motivações dos jovens e procurar atender às suas necessidades.
- Diagnosticar a origem do comportamento inadequado;
- Dar nota de projetos e/ou experiências de sucesso desenvolvidos (boas práticas).

2. Sociedade

- Necessidade de existirem mecanismos para ajudarem a integração dos alunos mais problemáticos nas áreas de residência (espaços desportivos, ocupação de atividades, etc.).
- Importância do envolvimento das autarquias, para que se atue na sinalização, na prevenção e no acompanhamento de comportamentos de risco dos alunos e das famílias problemáticas.

3. Alunos

- Os jovens devem ser apoiados na sua integração para que o insucesso seja combatido;
- É crucial fazer respeitar as regras de convivência, nos recreios, salas de aula e todos os espaços escolares.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

4. Família

- É importante, nos contextos familiares onde há falta de autoridade e algum disfuncionamento nas relações entre mãe e pai, ajudar a reforçar esta relação familiar.

5. Recursos Humanos Escolares

- Apoio aos docentes que dele necessitem por força de situações de conflito, indisciplina e violência que vivenciam na sua atividade;

- A importância da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, nomeadamente no que se refere à liderança e gestão do espaço da sala de aula e à gestão do espaço dos recreios;

6 – Quadro normativo escolar

- É necessário que as normas sejam poucas e coerentes com o processo educativo, que estejam formuladas e justificadas com clareza e sensatez, que sejam conhecidas, compreendidas e aceites por todos e que o seu cumprimento seja efetivamente exigido.

Intervenção, de seguida, a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), que agradeceu a exposição e sublinhou a importância de se atuar sobre a indisciplina consentida, pese embora os casos de violência sejam mais divulgados. Referiu-se à importância da formação inicial e contínua e colocou algumas questões, nomeadamente, sobre os instrumentos ao dispor dos professores para estabelecerem a disciplina, sobre a forma de integrar as famílias nas escolas, sobre a evolução dos casos de indisciplina e violência nas escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e nas escolas com contrato de autonomia.

A Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD) agradeceu a apresentação e colocou algumas questões, designadamente, sobre a fronteira existente entre indisciplina e violência, sobre a formação inicial e contínua de docentes e sobre a atuação da DGEstE neste âmbito. Perguntou ainda se os professores têm perceção das regras e normas das escolas e da forma como devem ser aplicadas, tendo em conta a disparidade de critérios adotados pelos professores e, por último, se o atual Estatuto do Aluno e da Ética Escolar se adapta à realidade atual ou se carece de correções.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) cumprimentou o Dr. José Fernandes e colocou-lhe algumas questões, particularmente sobre a estratégia de envolvimento das autarquias, sobre a forma como é efetuada a articulação com o Programa Escola Segura, sobre os motivos para o não funcionamento do Grupo Coordenador do Programa Escola Segura, sobre a eventual existência de um Plano Nacional para efetuar a avaliação desta problemática, sobre a atuação da DGEstE face aos casos reportados pelas escolas e quis ainda saber se existe um documento que espelhe as estratégias para lidar com esta problemática.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a exposição e considerou que as causas da indisciplina e da violência não podem ser dissociadas das condições económicas e sociais das famílias, entendendo que a escola deve dispor de um conjunto de meios humanos e materiais que permitam responder aos fenómenos que vão surgindo. Considerou ainda que deve existir uma abordagem de prevenção e de acompanhamento dos problemas, pelo que perguntou se a adoção de medidas, como por exemplo, a redução do número de alunos por turma, a criação de gabinetes de apoio aos alunos e o reforço dos meios humanos (professores, funcionários, psicólogos, ect) não poderiam contribuir para a irradicação deste problema.

Respondendo às questões, o Sr. Dr. José Fernandes considerou que o Estatuto do Aluno e da Ética Escolar não deve ser, para já, objeto de revisão, visto que passou ainda pouco tempo sobre a sua aprovação e uma vez que permite responder às necessidades da maioria das escolas, pese embora se reconheça a sua insuficiência nas situações mais complexas e a existência de aspetos excessivamente jurídicos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Aludindo à importância de as normas serem claras, defendeu que toda a comunidade escolar deverá ficar devidamente informada, no início de cada ano letivo, quanto às regras em vigor na escola. Considerou ainda que as autarquias têm um papel fundamental nesta área, não apenas no que se refere a infraestruturas, mas também no âmbito de políticas sociais.

Defendeu ainda que a temática das relações interpessoais, nomeadamente na área da mediação e prevenção de conflitos em meio escolar, deverá ser integrada nos currículos dos cursos de formação inicial e contínua de professores, mesmo se nem sempre existe o reconhecimento, por parte dos docentes, quanto à necessidade de aquisição de competências e de instrumentos nesta área. Transmitiu ainda que está em curso um processo de formação desenvolvido em todo o território nacional para docente e não docentes.

Referiu-se à importância da relação família/escola, pelo que entende que deverá ser estimulado o envolvimento das famílias. Considerou a criação dos TEIP, bem como das escolas com contrato de autonomia, uma excelente medida, por permitir a flexibilização dos recursos e a humanização de espaços. Defendeu, a este propósito, que a escola deve dispor de recursos em função das problemáticas e das suas necessidades.

Defendeu a importância da divulgação, de forma regular e sistemática, das «Boas Práticas» desenvolvidas pelas escolas, na manutenção diária de contextos escolares seguros e na implementação dos respetivos Projetos Educativos e esclareceu que o Programa Escola Segura está a ser revisto e que o Ministério está a trabalhar na reativação do Grupo Coordenador do Programa Escola Segura. Terminou, comunicando que fará chegar à Comissão o Plano Nacional da DGEstE para esta área.

A gravação áudio da audição encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 28 de janeiro de 2015

A assessora
Cristina Tavares